



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681089 - RJ (2021/0224588-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : AMILTON FERREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO : AMILTON FERREIRA DE ALMEIDA - MS015948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : SAMANTA OLIVEIRA VARGAS (PRESO)
CORRÉU : EMERSON EUGENIO GALVAO PINTO
CORRÉU : ZUCLEIDE OLIVEIRA DA SILVA
CORRÉU : GABRIEL PEREIRA NUNES DA SILVA
CORRÉU : RANIERISON FRANK DA SILVA MELO
CORRÉU : CARLOS EDUARDO BARROS DE OLIVEIRA
CORRÉU : GABRIEL BARBOSA PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SAMANTA OLIVEIRA VARGAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0036124-45.2021.8.19.0000).

A paciente encontra-se presa preventivamente, tendo sido denunciada como incurso no art. 157, § 2º, incisos II, IV e V, e § 2º-B, do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto a paciente seria primária, com residência fixa e trabalho lícito.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Alega, outrossim, que a paciente possui uma filha com 3 anos de idade, que necessita dos seus cuidados, razão pela qual faria jus à prisão domiciliar.

Requer, liminarmente, seja revogada a prisão preventiva da paciente, com ou sem aplicação de medidas alternativas ao cárcere, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente